

O PAN-AFRICANISMO: PROCESSO DE UNIFICAÇÃO AFRICANA

Suyan Dionizio Alves Teles Santos¹

Antônio Minoru Cabral Suzuki²

Hermeson Alves de Menezes³

História



RESUMO

Este artigo discute os estudos acerca dos significados do Pan-africanismo e questões da identidade na África, nos séculos XIX a XXI, através de obras dos estudiosos em destaque Leila Leite Hernandez (2008) e Severo D'Acelino (2002), oferecendo uma síntese do processo de construção de identidade Africana.

PALAVRAS-CHAVE

Pan-africanismo. Identidade. Raça. Unificação.

ABSTRACT

This article discusses the studies about the Pan-Africanism of meanings and questions of identity in Africa, in the centuries XIX to XXI, through works of researchers Leila Leite Hernandez (2008) and Severus D'Acelino (2002), offering a synthesis the African identity framing process..

KEYWORDS

Pan-Africanism. Identity. Nation. Unification.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende destacar o processo contínuo de construção da identidade africana, representando as diversas abordagens existentes acerca da temática referente ao Pan-africanismo, com enfoque nas iniciativas de independência. As fontes encontradas para Pan-africanismo remetem de maneira geral, a problemática acerca de uma ideologia que propõe a união dos povos, com o objetivo de fazer com que a voz da África seja ouvida internacionalmente.

Por meio de interpretações das obras bibliográficas autorais de Leila Leite Hernandez e Severo D'Acelino, o estudo será conduzido de maneira a traçar, grosso modo, os avanços ocorridos acerca do Pan-africanismo, em temporalidade dos séculos XIX a XXI, fomentando a ideologia de que a África passa por um processual estágio em que deixa de ser um amontoado de países atrasados, estagnados e marginalizados em relação à quase totalidade dos países do mundo. A ideologia Pan-africana estará sendo demonstrada em decorrência do legado deixado pela criação da Associação Universal para o Aprimoramento do Negro (UNIA), assim como a criação da União Africana, fundada em 2002.

O termo "Panáfrica", definido em *Panáfrica: África IYA N'LA* (2002), por Severo D'Acelino, participante ativo do processo de Pan-Africanismo, remete ao Genocídio do continente africano e a diáspora homicida como processos que, apesar de violentos, fomentaram a questão de manutenção das raízes, ou seja, a forma de resguardar o pensamento da matriz cultural, assim como o sentimento da complexidade existente em todo grupo étnico que foi arrancado do continente africano por meio das práticas escravocratas.

Outra vertente de interpretação far-se-á necessário pontuar acerca do Pan-Africanismo. Em *África na sala de aula: visita à história contemporânea* (2008), de Leila Leite Hernandez, o movimento Pan-Africano é descrito como um gradativo e processual sistema de obtenção das mudanças, remetendo à ideia de um movimento

político e ideológico, que centraliza as noções referentes à raça, onde se faz de primordial importância uma união daqueles que possuem uma semelhança histórica, assim como origens humanas e negras.

2 PRESSUPOSTOS PARA O PAN-AFRICANISMO

O Pan-africanismo, segundo Hernandez (2008, p. 157):

O pan-africanismo foi um movimento de contribuição fundamental para o processo de tomada de consciência das elites culturais africanas em relação às questões econômicas, sociais, políticas e culturais do continente. As ideias centrais contidas no conjunto das escrituras pan-africanas sistematizaram questionamentos, formularam projetos e informaram uma práxis que combateu a opressão e a injustiça, propondo a conquista das independências em âmbito continental.

Não se faz tarefa fidedigna tratar de Pan-africanismo sem citar duas vertentes de estudo que permeiam o processo de identidade africana, sem as quais não se obtém a *práxis* antirracista do mundo africano: imperialismo e colonialismo.

Segundo Hernandez (2008), o imperialismo colonial de fins do século XIX foi um fator que reforçou a hipótese de que os negros, em sua maioria, são considerados inferiores diante dos ocidentais. O tráfico-atlântico de escravos torna-se diante de tanto, um agravante para o reforço deste imperialismo Colonial na África – enquanto é incerto que a questão do imperialismo colonial passa a ser uma raiz histórico-cultural acerca do racismo, este último por sua vez, figura um “corpo ideológico” que está situado antes e depois desse mesmo imperialismo. Assim,

[...] para esse corpo ideológico foi fundamental o papel da etnografia europeia da segunda metade do século XIX, cujo ponto de partida era o pressuposto de que apenas os ocidentais – porque “mais aptos” e “mais capazes” – podiam, de acordo com uma nova consciência planetária, conceber e apresentar ideias sobre os povos coloniais. (HERNANDEZ, 2008, p. 131).

Desta forma, obtêm-se a vertente de pensamento de uma ideologia formulada a partir desse pressuposto, em que seria concebível a submissão da África, assim como a Ásia, enquanto subprodutos advindos do racismo europeu, onde haveria um ponto principal demarcado por um sistema classificatório tanto para objetos como para povos. Em poucas palavras, seria a classificação dos povos do planeta: selvagens, bárbaros e civilizados.

Em face desse totalitarismo é que está situada a vertente da ideia de *raça*, que sendo observada pelo que se divide, separa. Vai de encontro ao direito fundamental, o ser humano, ou seja, de certa maneira rompe-se o fundamento de igualdade da condição humana. Diante de tanto, articula-se outra problemática, que faz menção a um conceito equivocado de que a desigualdade seria algo inerente à condição humana e isso seria admitir que nem todos pertencem igualmente a uma só espécie. Uma vã justificativa que legitimou por muito tempo a desigualdade, a opressão e a violência.

Desde fins do século XVIII, o tema *raça* ganhou forma no pensamento europeu. No século XIX os seus conceitos foram reforçados por meio da vertente de pensamento do evolucionismo, figurados por Darwin e Spencer:

Talvez seja possível destacar, tendo como ponto de partida da modernidade a importância da escala das quatro variedades raciais elaborada pelos naturalistas, na qual são articulados o patrimônio genético, as aptidões intelectuais e as inclinações morais. Nela o negro ocupa posição inferior, sendo qualificado de “manhoso, preguiçoso e negligente, além de governado pela verdade arbitrária de seus mestres”. Em oposição, o branco é adjetivado como inventivo, determinado e governado por leis. (HERNANDEZ, 2008, p. 132).

Neste sentido, cabe pontuar que, antes de tudo, o estudo não se encerra nesta antítese, já que o significado aqui encontrado é apenas de inspirar o questionamento: brancos e negros são de mesma origem?

Estudos baseados em alguns enciclopedistas como Montesquieu (1699-1755) e Condorcet (1743-1794), elucidam o paradigma da igualdade dos homens, com a veemente afirmação de que embora os homens não sejam da mesma cor, sempre foram observados como irmãos e a natureza os formou para serem iguais. Todavia, esta teoria encontra-se apenas como uma exceção, em observância do século XIX, onde existiu predominância ao pensamento eurocentrista e o “culto à *raça*”.

Tratar sobre *raça*, porém, não se faz tarefa meramente simples, visto que para pontuar temas fundamentais acerca do Pan-Africanismo, se faz necessário o destaque de pensadores clássicos, que têm suas ideias mantidas além do seu próprio tempo, enquadrando-se na atualidade. Cabe destacar Alexander Crummell (1819-1898), e o seu discurso que deixa claro que a *raça* fazia-se a centralização do seu pensamento, conceituada como uma “população compacta e homogênea, de uma única ascendência e linguagem sanguínea”.

Como Crummell, o legado de Edward Wilmot Blyden (1832-1932), William Edward Du Bois (1968-1963) e Marcus Garvey (1887-1940) acerca da noção de *raça*,

são imprescindíveis para a sustentação da afirmação que dissemina aptidões culturais dos negros não sendo inferiores as dos brancos, onde cada raça tem um papel distinto a desempenhar, afirmando ainda que “[...] a raça negra tem uma contribuição a dar à civilização e à humanidade que nenhuma outra raça pode dar” (APPIAH, 1997 apud HERNANDEZ, 2008, p. 144).

Segundo Hernandez (2008, p. 140): “Mais do que uma imagem restrita, os clássicos oferecem, cada qual a seu modo, uma concepção sobre os negros, a desigualdade, a moral, a religião e a dominação colonial, entre outras”. Neste contexto, incorre a ideologia de que compõe como práxis da unidade um mundo africano, em que não exista resquício racista. Uma unidade baseada na junção entre herança cultural, fatos históricos e identidade de destino diante do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo. “Reivindica o Pan-africanismo a unificação do mundo africano, aliança concreta e progressista com a diáspora unida” (NASCIMENTO, 1981 apud D’ACELINO, 2002, p 117).

Cabe ressaltar outra vertente da participação ideológica que contribuiu, em fins do século XIX, para uma negação do estado degradante em que se encontravam os negros diante do imperialismo: o trabalho missionário. O resultado culmina na construção de um progresso voltado para a evangelização cristã, criando condições necessárias para a “redenção” das sociedades africanas.

Em meados do século XX, a ideologia Pan-Africana ganha um novo aliado. Marcus Garvey, como um defensor pela luta dos negros, atenta para a necessidade de criar uma militância em estado efetivo. Considerado um chefe africanista de grande renome nos Estados Unidos nas Áfricas Ocidental, Oriental, Austral, e ainda nas Antilhas, Garvey foi inspirador de trabalhos disseminados por Martin Luther King, Malcom X e Kwame Nkrumah.

Foi por meio da sua viagem às Antilhas, Américas do Sul e Central e Grã Bretanha, que Garvey, convencendo-se da “má-sorte” de seus irmãos de raça, criou em 1914 a Associação Universal para o progresso do Negro (UNIA). Com objetivo de criar uma frota de navios mercantes para a facilidade do comércio entre os negros das Américas e África, assim como criar escolas especiais para o ensino técnico, promover o orgulho e o amor entre as raças, assistir aos necessitados, reivindicar os heróis negros e auxiliar o desenvolvimento das civilizações africanas ainda atrasadas economicamente, a UNIA teve como principal porta-voz difusor da ideologia Pan-Africana, dentro da África, o periódico *The Black World*, que contribuiu em disseminar a proposta de um projeto voltado para a união dos povos negros dispersos pelo mundo em um único “organismo”. Foi nos Estados Unidos,

[...] que abrangia desde as ideias de jornalistas negros até os discursos de Crummell, Du Bois e Blyden. [...] Isso influenciou de modo direto na formação de um grupo de nacionalistas

africanos, muitos dos quais vieram a liderar os movimentos de independência na África, clamando por uma “África para os africanos”, uma África livre e independente, sem interferências externas de nenhuma ordem. Buscavam apresentar ao Ocidente uma “presença africana” e uma “personalidade africana”, frutos de emancipação mental. (HERNANDEZ, 2008, p. 147).

No início do século XXI, mais precisamente em 11 de Julho de 2000, foi criada, com base na União Europeia, mais uma instituição com o objetivo de resolver os problemas socioeconômicos e políticos dos países do continente africano, assim como promover a África no âmbito econômico. Iniciativa do líder Muammar Khadafi, para substituição da Organização da Unidade Africana (OUA), foi criada a União Africana (UA). No ano 2001 foi estabelecida a substituição da OUA pela UA, que tinha como um dos seus objetivos a defesa da soberania dos Estados emancipados.

Os órgãos responsáveis da União Africana estão divididos em: Parlamento Pan-Africano, Conselho Executivo, Conselho de Paz e Segurança, Comitês Técnicos Especializados, Instituições Financeiras, Tribunal de Justiça, Conselho Econômico, Social e Cultural. Até o ano de 2007, a UA estava composta por 53 estados, sendo presidida por Joaquim Chissano (Presidente da República de Moçambique).

Cabe ressaltar que a criação da UA está situada diante da necessidade em promover aceleração da integração econômica e social entre os países africanos, partindo do pressuposto de que existe a real possibilidade de integração de projetos de desenvolvimento, incentivo à paz, a segurança e estabilidade do continente, visando a junção de todos os países para que seja proclamada internacionalmente a voz africana. O Ato Constitutivo da União Africana está preliminarmente baseado na árdua tarefa de monitoramento e manutenção da unificação africana.

Como pontua Hernandez (2008) em uma reflexão do Pan-Africanismo como questão política, as pistas fundamentais para compreender o movimento Pan-Africano estão situadas em questões de identidade e política, resguardando a possibilidade de resgatar o passado histórico-cultural africano como patrimônio dos negros no âmbito do Pan-Africanismo.

No Brasil, os movimentos sociais, políticos e culturais fomentam a ideologia do resgate da identidade africana, em que o negro, por meio dos rituais de candomblé – considerados pontos de irradiação da cultura afro, por quilombos rurais e urbanos, escolas de samba e outras manifestações culturais e sociais, passam a ser protagonistas do “Pan-africanismo”. Mesmo diante de toda dificuldade imposta pelo sistema e pela pobreza, o resgate da identidade mantém uma luta ligada intimamente à terra original, mesmo espalhado por todo território, o contato entre os negros é possível por meio da luta internacional.

3 CONCLUSÃO

Diante das questões que permeiam o imperialismo, tratado como prática colonial presume-se uma única e fundamentada ideia que remete uma base para todos os problemas: o capitalismo. Os países africanos, que outrora sofreram e sofrem um processo de opressão por meio do chamado colonialismo, tendem a unir-se contra esse sistema que se torna a cada século o monstro opressor das civilizações.

O movimento Pan-Africano contou com fortes aliados, a exemplo de Alexander Crummell (1819-1898), de Edward Wilmot Blyden (1832-1932), William Edward Du Bois (1968-1963) e Marcus Garvey, defensores de ideologias que fazem com que o pensamento que justifica a opressão e a violência por meio da raça, desde o imperialismo colonial, perca seu significado.

Partindo da mesma ideologia que incentiva a união dos povos de todos os países do continente africano, com o objetivo de combater a formulação de um conceito, muitas vezes equivocado, sobre raça, assim como combater os problemas mais íntimos das sociedades africanas, foram criadas as organizações competentes em manutenção da problemática africana: A Associação Universal para o progresso do Negro (UNIA) e a União Africana (UA).

Nota-se que o fortalecimento da África em pleno século XXI, por meio das iniciativas Pan-africanas, desloca muito esforço, sendo formulado em um processo gradual e contínuo. A tarefa de fazer com que o continente seja erguido de maneira homogênea é tarefa árdua e desafiadora, todavia, torna-se possível obter resultados positivos diante do agrupamento dos países africanos em torno de uma unificação – possibilidade geradora de uma identidade outrora corrompida pelas inúmeras diásporas.

REFERÊNCIAS

D'ACELINO, Severo. **Panáfrica**: África IYA N'LA. Aracaju: Memoriafro, 2002.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

Data do recebimento: 28 de abril de 2015

Data da avaliação: 28 de abril de 2015

Data de aceite: 15 de janeiro de 2016

1. Graduanda em Licenciatura História pela Universidade Tiradentes (5.º Período); Bolsista de Iniciação Científica do Projeto Conflito e negociações no pós-abolição: as relações de compadrio e dados populacionais em Sergipe – Edital PROEXT/PROPESQ-UFPE. Campus Centro. E-mail: suyan_d@hotmail.com
2. Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior (2007); Graduado em Geografia pela Universidade Tiradentes (2006); Docente da Universidade Tiradentes (UNIT); Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano (UNIT)/Sergipe – Campus Farolândia. E-mail: antonio.minoru@icloud.com.
3. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Graduado em História; Docente da Universidade Tiradentes (UNIT); Professor convidado no curso de História EAD do CESAD/UFS e coordenador dos núcleos de Produção de Material Didático e de Tecnologia da Informação do CESAD/UFS; Grupo de Pesquisa Sobre Ensino de História – GPEH/UFS e Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (UNIT)/Sergipe – Campus Farolândia. E-mail: hermeson_alves@unit.br